

GODET, Rita Olivieri, *A alteridade ameríndia na ficção contemporânea das Américas: Brasil, Argentina, Quebec*. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2013, 180 p.

Eloína Prati dos Santos (UFRGS)

Recebido 26 ago. 2013/Aprovado 11 mar. 2014

A relevância desta obra da Profa. Godet (Université Rennes 2, França) está no âmbito de pelo menos três tópicos recorrentes nas últimas décadas do século XX e na primeira do século XXI: a atenção tanto da ficção quanto da teoria e da crítica literárias para aspectos transculturais, entre e dentro das nações, principalmente as continentais, como nossas Américas; o comparativismo interamericano pós-colonial, que ao mesmo tempo considera traços de formação nacional semelhantes e aponta dentro delas diferenças históricas e políticas; o ressurgimento dos protagonistas ameríndios em obras que revisitam a história dos encontros coloniais sob pontos de vista e recursos formais diversos, iluminando a situação atual das relações entre brancos e índios no presente das nações americanas.

A pesquisadora baiana examina as representações da alteridade na literatura americana desde o século XIX como ponto de partida para analisar romances contemporâneos brasileiros, argentinos e quebequenses, e como eles reconfiguram esse “estranho estrangeiro de dentro” (p. 8), nativo do continente há mais de 11 mil anos e que aqui sobrevive, conquista espaço e direitos, depois de 500 anos de desumanização, desterritorialização, estereotipização e preconceito, combatendo ativamente políticas de extermínio ou de assimilação forçada. Esse é o ponto comum entre os três países escolhidos pela autora, em graus e avanços diversos.

A autora aponta o rumo de suas reflexões críticas a partir da escolha das epígrafes que abrem o trabalho - citações de Walter Benjamin e dos *Timbiras*, de Gonçalves Dias - calcadas no entrelaçamento da teoria crítica pós-moderna e pós-colonial, com o indigenismo onipresente na literatura sobre e do continente desde o período colonial. Também Mikhail Bakhtin, Baudrillard, Genette, Ricoeur, Todorov, Homi Bhabha, Canclini, Mignolo, Hutcheon, Lévi-Strauss informam suas leituras e revelam o entrelaçamento das teorias críticas com a antropologia e a história. Os críticos brasileiros Chauí, Santilli, Bosi, os canadenses Harel, Bouchard, Letourneau, Morency, Ouellet, e os argentinos Sarlo, Borges, Sarasola, entre muitos outros, indicam a abrangência da pesquisa que percorre o caminho entre a história dos encontros interraciais ao longo de dois séculos e o *corpus* literário escolhido.

O *corpus* reúne romances dos três países americanos em uma proposta comparativa triangular e inédita. A preocupação de Godet é com os diálogos interculturais, independente de

pertencimento étnico, que apenas dois dos autores estudados reivindicam, Bernard Assiwini e Robert Lalonde, segundo ela. Todos os romancistas elencados, no entanto, “posicionam-se contra o olhar etnocêntrico ocidental e recusam o essencialismo identitário, contribuindo para novas formas de percepção da Alteridade” (p. 8).

Consciente dos problemas da nomeação dos nativos do continente, o equívoco do termo “índio”, atribuído a eles pelos europeus após os primeiros contatos, por seu conteúdo homogeneizante, Godet justifica sua opção por “ameríndio”, que mesmo não dando conta da singularidade dos inúmeros povos nativos, pelo menos reconhece “o vínculo ancestral com o território” alvo da obra (p. 9).

A Introdução percorre tanto a rejeição da indianidade, dominante na historiografia latino-americana do século XIX, quanto as metáforas de “reelaboração criativa” desses elementos, como a apropriação do conceito de canibalismo pelo modernismo brasileiro. A complexidade das obras escolhidas em seu diálogo com a história, a sociologia, a antropologia e a filosofia destacam-se nesse interrogar “das conexões entre identidade e alteridade”, bem como na diversidade de estratégias discursivas que “afrontam o discurso majoritário, tensionam as fronteiras entre realidade e ficção e, por conseguinte, ampliam o potencial imaginário da sensibilidade contemporânea” (p. 10).

O primeiro capítulo trata da história da representação ameríndia na literatura de cada um dos países escolhidos, elegendo um tema para cada um. No Brasil são examinados “o apagamento do extermínio e o mito da mestiçagem” no ideário positivista, compartilhado pela Argentina no mesmo período, e que “projeta a construção de uma identidade nacional mestiça” referenciada no modelo europeu de homogeneização autoritária das diferenças, seja através da assimilação forçada ou do extermínio das tribos que resistiam à “civilização”. Surgem aqui os estereótipos do índio dócil (tupis) e do índio selvagem e canibal (tapuias), aplicada em todo o continente, e mantenedora da oposição excludente civilização e barbárie que dificulta a convivência inter-racial positiva. A figura mítica do índio habita os textos românticos de emancipação das literaturas nacionais, mas afirma o olhar etnocêntrico que exalta o pitoresco e a cor local como edênicos e/ou exóticos, cenário no qual “o índio é um simples ornamento” (p. 17).

No período modernista, Godet destaca a paródia do índio idealizado romântico, transformado em um rebelde antropófago, uma valoração positiva da imagem do canibal e uma proposição da antropofagia como metáfora das novas relações interculturais – “descomplexadas e criativas”. No período do realismo social, ela aponta para o apagamento da figura mítica, com apenas o mestiço figurando em obras menores de autores importantes como Graciliano Ramos e Guimarães Rosa. O indigenismo é resgatado

com Antonio Callado e Darcy Ribeiro, com a publicação de *Quarup* (1967) e *Maíra* (1976), finalmente trazendo à tona as relações entre alteridade e identidade na sociedade brasileira, o que mais tarde muda radicalmente de tom nas representações farsescas *A Expedição Montaigne* (1982) e *Utopia selvagem* (1986), seguidos por João Ubaldo, com *Feitiço da Ilha do Pavão* (1997), e Márcio de Souza, com *Mad Maria* (1980).

Na Argentina o foco é “do extermínio dos índios como projeto fundacional à recriação das relações”, e o país é considerado o mais fechado dos três para a produção e a circulação de obras de autoria ameríndia. A popularização da metaficção historiográfica nos anos 1980 consegue integrar a amerindianidade no sistema literário através de obras de alta qualidade estética, movimento que se intensifica nas décadas posteriores. O discurso elitista e racista de grandes intelectuais como Sarmiento, em *Facundo, civilización e barbárie* (1845) transparece na formação do imaginário nacional argentino, com o elogio da modernização eurocêntrica em oposição ao local, atrasado e inferior. Isso pode ser atribuído ao “massacre do Rio da Prata”, recriado em *El entenado*, que marcou o encontro inicial, diferente do que aconteceu no Brasil e no Quebec. Os estereótipos negativos fizeram os índios desaparecerem da literatura, reflexo de sua marginalização na cena política e social argentinas. Esta situação é questionada por apenas dois grandes escritores, em poucos grandes contos, como “História del guerrero e de la cautiva” (1949, em *El Aleph*), de Borges e “La noche boca arriba” (1956, em *Final del juego*), de Cortázar.

No Canadá a questão é “o ameríndio e a controversa singularidade quebequense”. O país é o mais aberto às culturas ameríndias dentre os três países, mesmo tendo em comum com os outros dois a submissão, extermínio e assimilação desses povos durante o período colonial e de formação nacional. Os ameríndios quebequenses beneficiam-se da política multiculturalista motivada pela importância dos imigrantes para o Canadá. O *Livre Rouge* (1970), marco regulatório dos territórios autóctones assinala sua reintrodução na cena política do país, rendendo também importante produção artística e cultural. Essa abertura, no entanto, representa a finalização do processo de assimilação, ou “integração étnica” dos povos ameríndios ao modelo ocidental, com o risco da alienação cultural, complicada pela condição dos colonos franceses, católicos, com problemas semelhantes aos das demais “minorias”. Os heróis míticos quebequenses são mestiços e encarnam essa ambivalência.

A análise da representação do ameríndio nos romances inicia de forma comparativa, através das obras *El entenado* (1982), de Juan José Saer, *Nove noites* (2002), de Bernardo Carvalho e *Mistouk* (2002), de Gérard Bouchard, dentro do contexto da dialética selvagem/civilizado e da relação que se estabelece, desde

os primeiros encontros coloniais, entre identidade e alteridade. A seguir, o olhar da autora volta-se para romancistas-antrólogos, Darcy Ribeiro, com *Maira* (1976), e Bernard Assiniwi, com *La saga dès Béothuks* (1996), e para como eles trabalham as dinâmicas interculturais, a percepção do outro e sua representação na literatura, além da relação entre literatura e antropologia, alargando o enfoque comparatista e realçando a contribuição dos autores para a preservação das culturas tribais por eles abordadas.

Há um capítulo dedicado a duas obras de Robert Lalonde, *Le dernier été des Indiens* (1982) e *Sept lacs plus au Nord* (1993), escolhidas pela relevância das questões relacionadas aos contatos interculturais entre ameríndios e brancos. Godet as entende como uma proposta de mestiçagem cultural que represente uma identidade canadense francesa e, portanto, um projeto de futuro construído em bases não racistas, feitas por um autor que reivindica afiliação mohawk e canadense francesa.

Os autores indígenas brasileiros não estão ausentes da pesquisa de Godet, como demonstram as citações e referências de Daniel Munduruku, Ailton Krenak, Elaine Potiguara, Davi Yanomami, que transitam pela obra.

A nova ficção argentina está representada por uma obra de Leopoldo Brizuela e uma de César Aira, que oferecem releituras contemporâneas da literatura de fronteira, alimentadas por reflexões teóricas sobre o dialogismo. Aira dá nova direção comparatista ao realismo europeu e latino-americano com *Ema La cautiva* (1981), enquanto Brizuela ficcionaliza a histórica Campanha do Deserto (1879-1884) em *El placer de La cautiva in Los que llegamos más lejos* (2002), entrelaçando história, mito e fabulação.

Una vaca ya pronto serás (2006), de Néstor Ponce, ganha um capítulo exclusivo para elucidar de que forma interroga a formação histórica da nação argentina a partir de conflitos de século XIX, o período de maior violência contra os povos indígenas das planícies do Pampa e da Patagônia, desde um ponto de vista crítico que visa ampliar a memória social do país a partir do presente estado das relações interculturais.

Os três últimos capítulos discutem obras dos autores brasileiros Murilo Carvalho, Antonio Torres e Milton Hatoun. *O rastro do Jaguar* (2009), de Carvalho, resgata dois momentos da história dos indígenas brasileiros ignoradas pela “história oficial”: a Guerra do Paraguai que envolveu os guaranis, e a saga dos botocudos do Vale do Jequitinhonha. Tanto os guaranis, raça conciliatória e mais fácil integração (tupis), quanto os botocudos, rebeldes e guerreiros (tapuias) sofrem com a desterritorialização, a destruição do seu modo de vida, e resistem ao domínio europeu. O romance reflete sobre as possibilidades e as dificuldades da coabitação inter-racial no país e suas origens históricas. *Meu querido canibal* (2000), de Torres, transita entre os discursos da história e da literatura, nos quais a invisibilidade do indígena no limiar do século XXI precisa ser

debatida. A canibalização, no sentido osvaldiano, inunda o texto paródico com a palavra “presumivelmente”, ou seja, a história de Cunhambebe, afamado líder tupinambá, trabalha com a reconstrução desta figura a partir da solidariedade embutida em seu título, valendo-se de relatos históricos e fragmentos literários de várias épocas, entre outras estratégias. *Órfãos do Eldorado* (2008), de Hatoun, explora os processos de hibridação que escorregam entre a experiência vivida e a memória em uma fronteira remota, onde a familiaridade e o estranhamento se enfrentam. O protagonista confronta a alteridade do pai, libanês, e o espaço urbano, e sente-se atraído pela outra, a ameríndia e o espaço “natural”. O livro enfoca ainda o triste destino das mulheres indígenas, órfãs, subalternas, vítimas de todos os tipos de violência e discriminação, mais negligenciado do que a condição indígena em geral e que tem fomentado o aparecimento de ficções e filmes sobre o assunto em vários países do continente, do Peru ao Quebec.

Como pode indicar o número ímpar de capítulos, o livro de Godet constitui um grande estímulo para os pesquisadores desse tema ao apontar para infinitas possibilidades comparativas inexploradas e para o grande número de obras contemporâneas por examinar em cada país. No Brasil, por exemplo, a maioria dos grandes romancistas contemporâneos passou pelo tema, como Moacyr Scliar, João Ubaldo, Márcio de Souza, em um rápido percurso apenas geográfico. Sem falar na filmografia recente, com *Xingu* (2012, Brasil), *La teta assustada* (2009, Peru) ou *How people got fire* (2009, animação canadense), com festivais anuais, inclusive no Brasil, que também revisitam a história dos ameríndios dentro do processo colonial americano, possibilitando, inclusive uma abordagem comparativa entre a linguagem fílmica e a literária.

Para finalizar, é importante reconhecer, como faz Maria Zilda Cury na orelha do livro, “o sentido extremamente político da atividade crítica” de Godet em sua denúncia da invisibilidade tanto dos sujeitos ameríndios, encerrados no imaginário continental em estereótipos ultrapassados, como da literatura escrita sobre e por eles nas academias e na maioria dos debates literários contemporâneos, objetivo primeiro da obra e seu mérito maior.